

BIOBIBLIOGRAFIA DOS FUNDADORES DO IBGE

Roberto Schmidt de Almeida & Vera Lucia Cortes Abrantes

IBGE / CDDI Memória Institucional

Ao referenciar-se à área de divulgação de informações do IBGE, no contexto do Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, subordinada diretamente ao Departamento de Atendimento Integrado - DEATI, encontra-se a Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais - GEBIS, que tem como função principal atuar como interface entre a informação e o usuário. Entre outras atribuições, cabe a Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais identificar e recuperar registros institucionais, com vistas a preservar e disseminar a história da Instituição ao longo da sua existência. Esta documentação de memória institucional, marca a evolução IBGE desde a sua criação, comportando extremo significado como acervo histórico.

Neste contexto, ressalta-se a criação de um conjunto biobibliográfico de cinco dos principais profissionais que atuaram no processo de organização e estruturação inicial do IBGE, imprimindo diferentes corpos de pensamentos científicos que orientaram as pesquisas nas suas três principais áreas de atuação: Estatística, Geografia e Geodésia/Cartografia.

A Estatística

Na Estatística, abrangendo tanto a composição da rede de coleta de dados nas unidades da federação e seus respectivos municípios, quanto no campo teórico da demografia destacaram-se Mário Augusto Teixeira de Freitas e Giorgio Mortara. O primeiro, como

organizador do sistema de coleta de dados estatísticos do país no qual, o município passou a ser o principal núcleo de geração de informações. O segundo, como o introdutor dos modernos métodos da ciência estatística que garantiram um alto nível de acurácia nas pesquisas da instituição, principalmente no que concerniu às pesquisas demográficas.

A Atuação de Teixeira de Freitas

Das inúmeras experiências realizadas no governo de Vargas, as que tiveram maior notoriedade foram a de criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) em 1938 sob a orientação de Luís Simões Lopes, conforme nos esclarece Mariani e Flaksman, no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (1984, v. 3, p.1928) e a do Instituto Nacional de Estatística em 1934/1936, agência embrião do futuro IBGE, organizada por Mário Augusto Teixeira de Freitas.

Desses grandes articuladores, provavelmente o que combinava a maior visão de futuro com o mais alto grau de experiência em gerenciamento de informações territoriais, adquirida ao longo dos anos 20 em Minas Gerais, era Mário Augusto Teixeira de Freitas, Delegado Geral do Recenseamento do Estado de Minas e criador de um eficiente sistema de informações que cobria todos os municípios do território mineiro. Sua atuação foi tão inovadora, que em 1930 foi convidado para, no dia 12 de outubro, na 1ª Conferência Nacional de Estatística apresentar suas 33 teses que tinham como denominação “*Algumas Novas Diretivas Para o Desenvolvimento da Estatística Brasileira*” (Freitas,1994).

Tal apresentação não se realizou em virtude dos acontecimentos que culminaram com o Golpe de Estado em outubro de 1930, mas a figura de Teixeira de Freitas ficou claramente marcada nas mentes de alguns responsáveis pelos novos destinos do estado brasileiro, como no caso de Juarez Távora, ministro da Viação em 1930 e da Agricultura entre 1932 e 1934 e de Francisco Campos, ministro da Educação e, posteriormente, da Justiça no regime de Vargas.

As articulações entre Teixeira de Freitas, Juarez Távora e Francisco Campos durante os primeiros anos da década de 30, geraram ações de grande importância para a criação de um sistema de planejamento centrado no gerenciamento de informações coletadas junto aos municípios. Essas informações englobariam um amplo leque que cobriria características físicas e ambientais, geodésico-cartográficas e estatísticas as mais diversas, abrangendo a produção, circulação e consumo, a infra-estrutura econômico-social e o aparelho de estado em todas as suas instâncias. Juarez Távora em suas memórias (Távora, 1974, p.96-98) explicou com clareza esse processo de aproximação entre a necessidade de possuir um sistema estatístico de produção agrária e as idéias mais abrangentes de uma agência estatística nacional sonhada por Teixeira de Freitas.

A experiência de Teixeira de Freitas foi adquirida em Minas Gerais, através de seu modelo que centralizava fortemente as decisões operacionais nas mãos de um supergerente, mas que durante o processo de normatização das informações, era democraticamente partilhado pelos produtores e usuários dos dados a serem coletados. A participação de representantes das diversas secretarias estaduais e mesmo de delegações da esfera municipal de grandes cidades garantia uma ampla aceitação de seu modelo, além de consolidar uma estrutura de eficiência, pois praticamente todas as instâncias do governo ficavam comprometidas com o projeto.

Foi este projeto de superagência de informações denominado *Instituto Nacional de Estatística*, que abrangeria a totalidade do território nacional em quase todos os aspectos, um dos principais fatores de coesão do governo Vargas. Sua estrutura de representações que contemplava todas as instâncias de governo, caracterizava o que podemos definir como *Agência do Poder Central Capilarizada*, isto é, um órgão de informações diretamente subordinado ao Gabinete da Presidência da República e com alcance até a instância municipal, mas com uma importante característica, as decisões sobre suas estratégias de ações eram tomadas de forma colegiada num *Conselho Superior de Estatística*.

Apenas para fins de comparação, as agências do Departamento de Correios e Telégrafos também apresentavam alta capilaridade, mas não possuíam tal representatividade junto ao poder central.

Teixeira de Freitas, além de comandar a organização da rede de coleta de dados do IBGE, também se ocupou dos problemas inerentes ao arranjo espacial dos estados e

municípios brasileiros, a chamada organização territorial. As preocupações de Teixeira de Freitas com o gerenciamento do território brasileiro, no sentido espacial do termo, são possivelmente anteriores a 1930, mas que tomaram um grande impulso após a instauração do governo provisório de Vargas, pois foi em 28 de outubro de 1932, em pleno período da Revolução Constitucionalista de São Paulo, que ele apresenta no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), suas primeiras teses sobre a redivisão política do Brasil (Freitas, 1948). Um breve histórico sobre o tema foi desenvolvido por Eli Alves Penha em sua tese de mestrado na UFRJ, mostrando que o assunto já havia preocupado as autoridades portuguesas e brasileiras desde o século XVI (Penha, 1993, p.105).

Mas foi cinco anos mais tarde, que a questão da redivisão das unidades federadas retornou com maior vigor na agenda de Teixeira de Freitas. Em dezembro de 1937, após a instituição do Estado Novo, coloca em discussão seu estudo (Freitas, 1948), que foi apresentado “perante um grupo de brasileiros de elevadas responsabilidades na direção dos negócios públicos”. Suas palavras iniciais mostram, sem sombra de dúvida, que a questão da divisão territorial era uma estratégia de governo que estava sendo levantada num contexto de estado forte, com grandes poderes discricionários. Apesar disso, a proposta apresentada aparecia como um balão de ensaio técnico, como é possível perceber nos cuidados extremos com o discurso, além dos dados e do mapa, baseado nos estudos preliminares de João Segadas Viana e modificados por Teixeira de Freitas:

“O reforço de autoridade de que a nova ordem política investiu o Poder Executivo trouxe possibilidades inéditas ao encaminhamento de alguns problemas fundamentais da organização nacional, que vinham reclamando há muito, mas em vão, pronta e enérgica solução.

Assim sendo, parece oportuno o estudo, por este seletivo grupo de cidadãos, de que um esquema orgânico para as grandes diretrizes e que convenha submeter a restauração dos nossos quadros políticos, administrativos, sociais e econômicos, a fim de que a nova ordem de coisas

estabelecidas, desde as suas realizações mais fundamentais, as garantias definitivas da Defesa Nacional, compreendida esta em toda sua latitude.

Desejaria, pois, que os concidadãos aqui reunidos por um generoso pensamento se dispusessem a colaborar no preparo de um esboço geral daquelas diretrizes e , iniciando a tarefa pela questão mais geral e mais fundamental, apresentassem à consideração do Governo o plano preliminar da redivisão territorial do país.

Mas, como urge talvez aproveitar as possibilidades excepcionais que abrem à Nação, neste momento, a sintonia espiritual e a solidariedade estreita das suas forças vivas em torno do ideal generoso de erguimento de uma Pátria combalida ao nível exato da sua capacidade de vencer, das suas aspirações, da sua vocação e dos recursos esplêndidos com que a Providência Divina a galardoou; - pois que assim acontece, peço permissão aos ilustres compatriotas que me ouvem, para colocar desde logo ante suas vistas, ainda que mui perfunctoriamente, o esboço que se me formou no espírito como fruto de um longo meditar sobre o palpitante tema aludido” (Freitas, 1948, p. 5-6).

A questão central era a tentativa de equivalência territorial entre as unidades federadas para evitar as disparidades regionais, que nas palavras de Teixeira de Freitas eram o grande problema da federação.

“Quando suas Unidades tiverem relativa equivalência de área, a assegurar-lhes equivalência de potencial político, destinada a traduzir-se mais tarde em efetiva ‘equipotência’, como elementos realmente confraternizantes no seio da Federação...” (Freitas, 1948, p.8).

Para isso, Teixeira de Freitas define um padrão de tamanho territorial entre 250 e 350 mil km² e propõe a estratégia de associação entre estados:

“... sem diminuição para nenhum, e sem desigualdade, mas com o engrandecimento para todos, transformando-se em ‘departamentos autônomos’, subfederados para formar Estados compósitos – adstritos ao padrão, cada um dos quais com uma capital especialmente construída em um município neutro, que se localizaria quanto possível em ponto de convergência dos limites dos atuais Estados que passassem a associados...” (Freitas, 1948, p.9).

Mas o plano vai muito mais além, elegendo Minas Gerais,

“... cujo espírito de brasilidade pode e deve ser aproveitado para aglutinar o poderoso núcleo central do novo sistema, sem prejudicar-lhe o equilíbrio, venha ele a formar, com seu território somado aos do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, três futuros Estados, um com o Oeste e o Triângulo Mineiro (cujos anseios de autonomia ficariam atendidos) e outros dois marítimos (como também desejam as respectivas populações) ...” (Freitas, 1948, p.10).

Definindo a localização da futura capital federal “...preparando deste modo a localização futura da metrópole brasileira no Planalto Goiano...”(Freitas, 1948, p.10). Mas

antes, transformando temporariamente Belo Horizonte em Capital Federal “...mas só devendo ser removidos para lá os órgãos do Governo e os elementos da administração que não puderem ser localizados longe deste, de modo que possam permanecer no Rio...” (Freitas, 1948, p.10). Determinando o futuro da cidade do Rio de Janeiro após perder o status de capital federal.

“... receba a vantajosa investidura de Capital de uns dos Estados mais ricos, mais populosos, mais prósperos e mais favorecidos pelo Governo Nacional, que tal seria o Estado da Mantiqueira, formado, com a divisão departamental conveniente, pelo Estado do Rio (mantida sua autonomia como um dos departamentos), o sul e a Zona da Mata de Minas Gerais...” (Freitas, 1948, p.10).

Como se pode perceber, uma estratégia deste porte não foi apenas um trabalho acadêmico organizado por um só indivíduo, houve muita articulação no núcleo do novo governo antes e depois de suas apresentações de 1932 e de 1937. Além disso, outros autores deram contribuições ao tema, mas bem mais tarde, como no caso de João Segadas Viana, um major do Exército que, também, expôs uma proposta de divisão territorial na Revista Brasileira de Geografia (Viana, 1940). Sua visão do problema passa por análises comparativas de outros países que enfrentaram a questão da divisão territorial, tais como Alemanha, França e Estados Unidos. Porém, suas propostas de solução, no início dos anos 40, envolviam um perigoso conjunto de punições e prêmios. Punições para os estados mais poderosos, espacial e politicamente (São Paulo e Rio Grande do Sul que já haviam tentado movimentos emancipatórios) e prêmios para estados que absorvessem bem as modificações espaciais na malha territorial. Segadas Viana já havia colaborado com Teixeira de Freitas na organização do mapa que foi apresentado na exposição de 1937, portanto suas proposições, em termos técnicos não diferiam muito das de Teixeira de Freitas. O que distinguia uma proposta da outra, era o tom menos conciliador.

A Constituição de 1937, redigida por Francisco Campos, de certa forma acomodou a questão, pois se sob o aspecto político a autonomia dos estados foi drasticamente reduzida, na questão espacial o quadro territorial brasileiro foi preservado.

A Atuação de Giorgio Mortara

Apesar de haver, por parte de Teixeira de Freitas, um grande conhecimento das estruturas de coleta de dados, era também necessário a formação de arcabouço estatístico em termos metodológicos, pois não havia um curso acadêmico de Estatística no Brasil no início dos anos 40.

Para dar sustentabilidade científica a este projeto estatístico foi convidado o italiano Giorgio Mortara, um dos mais importantes pesquisadores de ciências estatísticas da Itália, que havia caído em desgraça com a ascensão do fascismo de Benito Mussolini na segunda metade dos anos trinta. A tarefa de Giorgio Mortara foi organizar a Comissão Censitária para as atividades do Censo de 1940 e iniciar uma série de estudos sobre o movimento da população brasileira. Estabelecendo estimativas mais precisas sobre o número e a frequência dos nascimentos e dos óbitos; montando tábuas de mortalidade, sobrevivência e de fecundidade, além de outros estudos metodológicos na área de demografia, foi o principal formador da primeira turma de demógrafos do IBGE, profissionais que mais tarde tornaram-se os líderes da estatística demográfica brasileira (Mortara, 1985).

A experiência de Giorgio Mortara em demografia data do início do século XX em Nápoles e posteriormente em Berlim com trabalhos comparativos sobre demografia

internacional enfocando a mortalidade segundo faixas etárias e a duração da vida economicamente produtiva. Seus trabalhos prosseguiram nas Universidades de Roma e Messina alternando estudos sobre demografia e recuperação econômica (o caso do terremoto de Messina em 1908). Continuou aperfeiçoando as técnicas de composição das tábuas de mortalidade e sobrevivência e iniciou um estudo sobre estatísticas do registro civil na cidade de Milão, além de prosseguir os estudos demográficos e econômicos comparativos entre países europeus. Em 1914 torna-se o oficial responsável pelas estatísticas militares da Itália durante a primeira grande guerra. Retornou a vida acadêmica nos anos 20 desenvolvendo estudos sobre a relação entre demografia e aspectos econômicos. Em 1925 transfere-se para Milão, onde assume a cátedra de estatística da Faculdade de Direito. Nesse mesmo período amplia suas pesquisas no campo das estatísticas econômicas, principalmente com trabalhos orientados para setores específicos da indústria, como por exemplo, o de energia elétrica.

Com a ascensão do fascismo nos anos 30, sua posição como intelectual importante foi abalada e aceita, então, o convite do governo brasileiro para trabalhar no IBGE, iniciando os estudos estatísticos de cunho científico na Instituição.

Alceu Vicente Wightman de Carvalho, sucessor de Giorgio Mortara na coordenação do Laboratório de Estatística, conta em seu depoimento à Equipe de Memória Institucional do IBGE, registrado em 2001, que como coordenador do Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento Giorgio Mortara passa a desenvolver os trabalhos do Censo de 1940

O Gabinete Técnico ficou subordinado ao Serviço Nacional de Recenseamento até 1945, quando passou para a Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, já com o nome de Laboratório de Estatística. Com essa mudança de estrutura o Gabinete que se

limitava aos estudos dos levantamentos demográficos, ampliou seu campo de trabalho e passou a interpretar, também, os dados estatísticos de cunho econômico e cultural.

O Laboratório de Estatística tinha como função principal estudar os resultados dos censos periódicos e os demais levantamentos de ordem da Secretaria-Geral ou do próprio Sistema Estatístico Nacional. Além disso, cabia ao Laboratório preparar contribuições técnicas no campo da Estatística para conferências nacionais ou internacionais e outras reuniões realizadas pelo IBGE; a elaboração de normas técnicas na área da Estatística, em entendimento com outros órgãos do Conselho Nacional de Estatística; e fomentar a difusão da cultura técnica da Estatística em cooperação com a Diretoria de Documentação e Divulgação da Secretaria-Geral do Conselho.

Subordinadas ao Laboratório estavam as seguintes seções: estatísticas demográficas, econômicas, metodológicas, sociais, culturais e administrativas. Os principais estudos, no que se refere ao número e a importância, eram os demográficos, econômicos e sociais, citando-se entre esses últimos os pertinentes às áreas da educação, saúde, saneamento básico e habitação, realizados em todas as unidades da federação.

O Laboratório realizava também, estudos metodológicos de estatística para aplicação de diferentes critérios nas estimativas de população e estudos para o cálculo de índice de intensidade do comércio internacional. Nesse mesmo período foram realizados ensaios de cálculos do número médio de estabelecimentos das pessoas ocupadas nas indústrias de transformação, do valor médio da transformação industrial por pessoa ocupada nas indústrias de transformação, da proporção entre força motriz e o número de operários nas indústrias de transformação.

No campo das estatísticas demográficas, os assuntos abordados eram: o número de habitantes, a distribuição territorial, a densidade de população do Brasil e das unidades da federação mais importantes, o crescimento da população no passado projetando-se para o futuro, a composição por sexo, idade, estado conjugal, alfabetização, instrução, ramos de atividade e nacionalidade. Foram feitos estudos sobre fecundidade, natalidade e mortalidade da população, migrações internas e internacionais.

Na área das estatísticas econômicas foram realizados estudos sobre números-índices dos preços e das quantidades produzidas nos setores da agricultura e das indústrias extrativas, números-índices dos preços e das quantidades transacionadas no comércio exterior de importação e exportação e no comércio de cabotagem, número médio de pessoas por estabelecimento, valor médio da transformação por estabelecimento e por pessoa ocupada nas indústrias de transformação, o consumo da força motriz por estabelecimento e cálculo da força motriz por operários nas indústrias de transformação.

As estatísticas sociais abrangiam estudos sobre o número de habitações e sua distribuição segundo tipos de construção, número e proporções de habitações com água, luz e esgoto sanitário, número e proporções de habitações segundo o tipo das instalações sanitárias, número de domicílios e média de moradores por domicílio, distribuição da população segundo renda, cor e religião, composição da família segundo a relação de seus componentes com o chefe da família, número e proporção de famílias segundo o estado conjugal de seus chefes, incidência da cegueira e da surdo-mudez na população, a mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias e principais causas de óbitos, número de distribuição territorial de médicos, proporção de ajudantes por médico segundo o tamanho dos municípios e presenças desses

médicos, número e distribuição territorial dos leitos hospitalares, proporções de habitantes por leito, número e proporções de favelados das áreas urbanas das grandes cidades brasileiras segundo a sua origem e principais características demográficas, econômicas e sociais, densidade domiciliar na favela, número e proporções de habitantes existentes nas favelas segundo o tipo ou natureza da construção e a existência de água e esgoto no domicílio.

Nas estatísticas culturais foram desenvolvidos estudos sobre a alfabetização e a instrução da população; alfabetização das crianças; repetência, evasão e conclusão do estudo no curso primário; relação entre concluintes e iniciantes do curso primário e estudos sobre as línguas estrangeiras e aborígenes faladas.

Não era atividade do Laboratório de Estatística a elaboração de questionários de pesquisas e instruções para a rede de coleta, mas era freqüentemente consultado sobre a conveniência ou não e o modo formulação das perguntas.

Em 1963 o Laboratório foi extinto com a estruturação do IBGE em fundação e não participou dos órgãos que foram criados posteriormente com a mesma finalidade, mas foi o precursor de todos os órgãos que passaram a fazer estudos correlatos àqueles que o Laboratório fazia, sendo que a metodologia aplicada posteriormente ao seu desaparecimento mudou com a evolução da Estatística no mundo.

A Geografia

A segunda área de atividade foi a Geografia, que cobriu aspectos tanto no campo de reconhecimento físico e econômico do território nacional, quanto no segmento de

regionalização dos espaços, nas diferentes escalas macro, meso e micro, procedimentos subsidiadores do planejamento territorial de um país. Os dois profissionais que mais se destacaram nos primeiros anos de implantação do IBGE foram Cristóvão Leite de Castro, primeiro Secretário-Geral e principal organizador do Conselho Nacional de Geografia, e Fábio de Macedo Soares Guimarães, especializado em regionalização do Brasil e um dos mais importantes geógrafos da Instituição.

A Atuação de Cristóvão Leite de Castro

Cristóvão Leite de Castro, engenheiro civil formado em 1928 e após um período de cinco anos na iniciativa privada, foi trabalhar em 1933 no Ministério da Agricultura chefiado por Juarez Távora, na criação de uma Seção de Estatística Territorial. Nesta seção trabalharam também Fábio de Macedo Soares Guimarães, Miguel Alves de Lima, Jorge Zarur e outros.

A Seção de Estatística Territorial foi o embrião do futuro Conselho Brasileiro de Geografia, instalado em 1937 e substituído em 1938 pelo Conselho Nacional de Geografia, que juntamente com o Conselho Nacional de Estatística que havia sido criado em 1936, passaram a formar o IBGE.

Cristóvão chefiou a Secretaria-Geral do CNG até 1950, durante todo o período do Estado Novo de Getúlio Vargas e boa parte da gestão de Eurico Gaspar Dutra. Organizou os trabalhos de preparação cartográfica municipal para o Censo de 1940 dentro das determinações estipuladas pelo Decreto-Lei nº 311, de março de 1938, também chamado de Lei Geográfica do Estado Novo, que dispunha sobre a divisão territorial brasileira.

Auxiliou na coordenação da instalação do primeiro curso superior de Geografia na Universidade do Distrito Federal, garantindo condições materiais de pesquisa para Pierre Deffontaines, através da estrutura já existente do Conselho Nacional de Estatística e enviando para a universidade os funcionários interessados em Geografia.

Viabilizou financeiramente a Revista Brasileira de Geografia e o Boletim Geográfico, publicações organizadas por Deffontaines para difundir os estudos geográficos do IBGE, assim como, participou intensamente dos projetos organizados por Mário Augusto Teixeira de Freitas e pelo presidente do IBGE, José Carlos de Macedo Soares durante todo o período em que foi Secretário-Geral.

Seu depoimento dado a Laurinda Rosa Maciel e Severino Bezerra Cabral Filho, funcionários da área de Memória Institucional do IBGE em 1994, foi roteirizado por Márcia Bandeira de Mello Arieira (estatística) e Aluísio Capdeville Duarte (geógrafo), está disponível em cinco fitas magnéticas, transcritas para arquivos.doc do editor de texto Word da Microsoft.

A longa entrevista de Cristóvão cobre três áreas a saber: a trajetória pessoal e como chegou ao IBGE; o processo de institucionalização da Geografia e sua gestão no Conselho Nacional de Geografia; a sua atuação na direção da Companhia do Teleférico do Pão-de-Açúcar após sair do IBGE.

Na parte mais importante do seu depoimento, Cristóvão descreve o processo de institucionalização da Geografia, pois foi um dos principais atores desse acontecimento, tanto no que se refere a planejamento, quanto à execução dos grandes projetos em que a Geografia de planejamento de governo tomou parte.

A importância de Cristóvão Leite de Castro se deve ao seu poder de articulação entre a estatística econômica e a visão espacial adquirida em sua experiência anterior na Seção de Estatísticas Territoriais do Ministério da Agricultura.

Foi de sua responsabilidade a estruturação dos procedimentos técnicos de criação da legislação cartográfica municipal (Decreto-Lei nº 311 de 1938 ou Lei Geográfica do Estado Novo), que recomendava a ordenação da toponímia municipal evitando duplicidade de nomes, estabelecia a regulamentação para os limites espaciais e obrigava todo município a organizar seu mapa municipal para servir de base às *operações censitárias*¹, além de definir níveis mínimos de quantidade de população, de desenvolvimento econômico/financeiro e tributário para que um determinado espaço do país pudesse se organizar como município.

Organizou pesquisas para determinação dos possíveis sítios do futuro Distrito Federal no interior do Brasil. Nesse sentido foram realizados estudos, na segunda metade da década de 40, por duas grandes equipes de geógrafos, sendo uma chefiada pelo professor francês Francis Ruellan, que contava com técnicos do IBGE e alunos da Universidade do Brasil e outra comandada pelo professor alemão Leo Waibel, composta exclusivamente por geógrafos do IBGE. Do leque de áreas trabalhadas por essas equipes foi escolhido pelo governo federal, no final de 1947, o Planalto Central, localizado no sudeste de Goiás e onde atualmente está situada a capital Brasília (Castro, 1947).

A Atuação de Fábio de Macedo Soares Guimarães

¹ Estabelecimento dos setores censitários que orientam o trabalho de coleta de dados pelos recenseadores.

Fábio de Macedo Soares Guimarães, geógrafo brasileiro especializado em planejamento regional, foi fundador e Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia – CNG, órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Iniciou sua formação acadêmica como engenheiro e, juntamente com Cristóvão, fez parte da primeira turma do curso superior de Geografia do Rio de Janeiro, criado em 1935 na Universidade do Distrito Federal por Pierre Deffontaines e que foi transferido em 1938 para a Universidade do Brasil, pelo Ministro da Educação do Estado Novo, Gustavo Capanema.

Especializou-se em geografia regional e com base em seu trabalho sobre o processo de regionalização brasileiro é que o governo federal instituiu oficialmente as macrorregiões do país, no início dos anos 40. As macrorregiões são espaços regionais, tanto de planejamento estatal, quanto de referência geográfica para a sociedade, pois servem de base para as apresentações dos dados demográficos e econômicos do IBGE. (Guimarães, 1941).

A principal finalidade do processo de regionalização, no início dos anos 40, era homogeneizar territórios de características fisiográficas semelhantes para garantir uma uniformização de procedimentos nos estudos geográficos e no processo de coleta estatística. Uma restrição fundamental foi definida: não era possível desmembrar uma unidade da federação num processo de regionalização.

Nas palavras de Eli Alves Penha:

“A divisão regional do Brasil ficou, por fim, constituída sucessivamente em Grandes Regiões (Norte, Nordeste, Leste, Centro-Oeste e Sul), Regiões Fisiográficas (em número de 31), Sub-regiões (66), Zonas (aproximadamente 160), obtidas em segunda aproximação pela consideração das características fisionômicas (naturais e humanas) dos municípios brasileiros. Foi atribuído aos órgãos regionais de Geografia e Estatística empreenderem os estudos sobre a divisão regional dos

respectivos Estados, segundo o critério geográfico pelo qual se agrupariam municípios que apresentassem características naturais e humanas afins, consentâneas com a caracterização fisionômica do conjunto do Território Nacional.

Esta divisão regional, tal como foi estabelecida pelo CNG, se generalizou no país obedecendo às determinações do Presidente Vargas a fim de atender à administração pública. Exatamente como nos dois primeiros séculos da fase colonial, quando o governo central procurou ajustar a divisão territorial dentro de um quadro optimum de administração, deixando que as unidades constituíssem seus limites “espontaneamente.” (1993, p. 108)

Nos períodos posteriores, o processo de regionalização serviu de base para divulgação de dados estatísticos, assim como subsidiou o processo de planejamento, classificando áreas homogêneas ou determinando pólos geradores de atividades ou de receitas, conforme o objetivo pré-determinado, procedimentos esses, fundamentais num órgão de Geografia de governo, que ainda hoje é a principal área de atuação do Departamento de Geografia do IBGE.

Em 1945, junto com Orlando Valverde foi para a Universidade de Winsconsin, nos Estados Unidos, onde conheceu o professor Leo Waibel e, posteriormente, o indicou para um período de pesquisas no Brasil. Junto com o grupo de Waibel participou dos estudos para determinação do sítio do futuro Distrito Federal em 1947.

Foi também com o auxílio de Fábio de Macedo Soares que o IBGE iniciou os trabalhos geográficos de análise regional no Vale do Rio São Francisco em convênio com a antiga Superintendência de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. Esse trabalho inaugurou uma linha de diagnósticos de cunho ambiental e socioeconômico que viriam, na década de 50, subsidiar a ampliação, na Instituição, dos diversos campos da geografia sistemática, ou seja, climatologia, urbana, agrária, industrial, transportes e outros.

O Binômio Geodésia/Cartografia

A terceira área é composta pelo binômio Geodésia/Cartografia, que nos primeiros anos de estruturação estava ligada a Geografia, tanto nos seus aspectos teóricos, quanto no campo de implementação de tecnologias que visavam ampliar a acurácia das representações cartográficas da Instituição. O profissional responsável por esta área foi o engenheiro e astrônomo Allyrio Hugueney de Mattos.

A Atuação de Allyrio Hugueney de Mattos

Diplomado em Engenharia pela escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1913, foi professor da Escola Nacional de Engenharia e astrônomo do Observatório Nacional entre 1926 e 1939, quando ingressa no IBGE para coordenar a *Campanha de Coordenadas Astronômicas das Sedes Municipais*.

Allyrio foi o estruturador dos trabalhos de determinação das coordenadas geográficas das cidades e vilas, que consistia em determinar, através de observações astronômicas e cálculos, o ponto onde se cruzam as linhas imaginárias de latitude e longitude que localizam o centro de uma área urbana (geralmente a praça da igreja ou a da prefeitura).

Este foi o primeiro projeto do IBGE na área de Geodésia/Cartografia, abrangendo a escala nacional. É importante lembrar que esta campanha foi um dos pré-requisitos para o planejamento do Censo Demográfico de 1940, pois os municípios puderam mapear seus respectivos territórios com um mínimo de precisão, para cumprirem o Decreto-lei nº 311 de 1938.

Do mesmo modo como se organizou a rede de coleta estatística, a rede geodésico-cartográfica do IBGE, sob a organização de Allyrio Huguency de Mattos, também se valeu de recursos humanos dos respectivos estados, que formaram os primeiros núcleos de levantamentos geodésicos distribuídos pelo território nacional.

Em 1944, o Decreto-Lei nº 6826 define a criação do Serviço de Geografia e Cartografia na estrutura organizacional do Conselho Nacional de Geografia, atribuindo-lhe a execução de trabalhos geográficos, geodésicos, cartográficos e fotogramétricos para a ampliação do conhecimento e representação do território brasileiro.

Foi a partir dessas atividades que se iniciou a organização do Sistema Geodésico Brasileiro, normatizado em 1946 pelo Decreto-Lei nº 9210 que disciplinou a atuação dos órgãos federais de Cartografia, sempre orientado por dois objetivos: o estabelecimento da *rede planimétrica*² e da *rede altimétrica*³. Por este decreto foram atribuídas ao IBGE a normatização cartográfica de documentos para fins civis e a coordenação do Sistema Geodésico Brasileiro.

Portanto, um estudo das produções intelectuais e gerenciais desse grupo de cinco profissionais fundadores da casa, é uma das muitas combinações possíveis para caracterizar esses tempos heróicos de estruturação do IBGE.

Este projeto tem por objetivo preservar a memória da Instituição, criando um conjunto de informações biobibliográficas dos fundadores do IBGE; facilitar a busca de informações sobre a história da Instituição, disponibilizando as biografias, documentos históricos, textos

² Determinação de localização de marcos geodésicos para a estruturação das redes que definem o tamanho preciso do território, além do estabelecimento das linhas de fronteiras das unidades político-administrativas.

³ Determinação das altitudes do território a partir de um nível de referência – nível do mar – estabelecido por uma estação de medição de amplitudes de marés.

técnicos, depoimentos orais e iconografias desses profissionais; e otimizar a recuperação dos dados, através do desenvolvimento de um sistema automatizado e dinâmico de acesso às informações, utilizando os recursos de multimídia da rede Internet.

Em termos metodológicos, dois caminhos deverão ser seguidos. O primeiro, consiste no levantamento e armazenamento do material biográfico desses fundadores, tais como, livros, artigos técnicos, fotografias, documentos históricos; registros em mídia magnético-ótica, analógica e digital que comporte informações sobre esses profissionais; objetos tridimensionais referentes às atuações desses fundadores (ferramentas de trabalho) e que os homenageiam (medalhas, monumentos). O segundo, disponibiliza esse material na rede Internet, através de programas de computador que permitam a estruturação desse sistema de informações, tais como edição de imagens estáticas (fotos e documentos digitalizados) e dinâmicas (vídeos e filmes) e inserção de som, quando houver.

Levando-se em consideração que a totalidade desse material encontra-se nos arquivos da Instituição, a fase atual do projeto é a de seleção e sistematização desses documentos. Em paralelo, está sendo realizada a digitalização da documentação já selecionada, com vistas à inserção na rede Internet.

BIBLIOGRAFIA

BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Coord.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983**. Rio de Janeiro: Forense Universitária: FGV/CPDOC: FINEP, 1984. v.3.

CASTRO, Christovam Leite de. A mudança da capital do país á luz da ciência geográfica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.9, n.2, p. 279-285, abr./jun. 1947.

_____. **História oral do IBGE**. Entrevista concedida à Equipe de Memória Institucional em 1991.

CARVALHO, Alceu Vicente Wightman. **História oral do IBGE**. Entrevista concedida à Equipe de Memória Institucional em 2001.

FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Teses estatísticas. In: **Teixeira de Freitas: pensamento e ação**. Rio de Janeiro: IBGE, 1994. p.17-76 (Documentos para disseminação. Memória Institucional, n.1).

_____. **A redivisão política do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1948. 19 p.

GIORGIO Mortara: publicação comemorativa do centenário de nascimento. Rio de Janeiro: IBGE, 1985. 223 p.

GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. Divisão regional do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p. 318-373, abr./jun. 1941.

MELLO, Mauro Perira de. Cinquenta anos de IBGE: a Geodésia e a Cartografia (1936-1986). **Revista Brasileira de Cartografia**, n. 40, p. 62-67, jul. 1986.

PENHA, Eli Alves. **A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo**. Rio de Janeiro: IBGE. 1993. 123 p. (Documentos para disseminação. Memória Institucional, 4).

TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas**, v.2: A Caminhada no Altiplano, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1974, 311p. 3 v.

VIANA, João Segadas. Divisão territorial do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.372-406, jul./set. 1940.